



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 700/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11295/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Câmara Municipal do Careiro da Várzea.

4- Responsável: Sr. Almir Rodrigues Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal do Careiro da Várzea e Ordenador de Despesas, à época, referente ao exercício de 2015.

5- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 55/2016 (fls. 430/458).

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4110/2016–MP–CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 459/462).

7- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara Municipal do Careiro da Várzea. Exercício de 2015.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Quitação. Determinações à SEPLENO.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Câmara Municipal do Careiro da Várzea, de responsabilidade do Senhor **Almir Rodrigues Pinheiro**, Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

8.2- Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e artigo 52 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, **APLICAR MULTA** ao Senhor **Almir Rodrigues Pinheiro**, Presidente da Câmara Municipal do Careiro da Várzea e Ordenador de Despesas, à época, no montante de R\$ **5.000,00** (cinco mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes dos itens 01, 09 e 10, do Relatório Conclusivo nº 055/2016, às fls. 459/462, expedido pela Comissão de Inspeção, bem como especificados no Relatório/Voto;

8.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Senhor **Almir Rodrigues Pinheiro**, Presidente da Câmara Municipal do Careiro da Várzea e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 700/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

8.4- Nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - RITCE, **DAR QUITAÇÃO** ao Senhor **Almir Rodrigues Pinheiro**, Presidente da Câmara do Careiro da Várzea e Ordenador de Despesas;

8.5- DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:

8.5.1- Encaminhe à atual Administração da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

8.5.2- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

9- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 23 de Agosto de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral